

**COORDENADORIA DE CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS -**

**3º governo da Administração Popular
Porto Alegre**

COORDENADORIA DE CIDADANIA E DIREITOS E HUMANOS

A experiência acumulada com o modo petista de governar em âmbito municipal tem evidenciado a pluralidade de demandas e interesses dos vários segmentos da população - fruto das desigualdades históricas e estruturais que formam nossa sociedade. No município, estas questões se tornam mais próximas e mais evidentes e vamos, aos poucos, concluindo que governar com justiça e tratar desigualmente os desiguais, compensando a desigualdade de oportunidades e de direitos, superando uma cultura baseada em valores discriminatórios, garantindo a todos o direito à cidade e à cidadania.

A expressão "cidadania" está extremamente disseminada na linguagem e nos espaços sociais e políticos, apropriada por diversos segmentos, mas muitas vezes com sentidos e intensões diferentes. Se por um lado isto é positivo, ao mesmo tempo torna necessário precisar mais o significado que a "cidadania" tem para o desenvolvimento do projeto democrático-popular e para a construção de uma sociedade sem exploração, violação ou discriminação de qualquer tipo.

A emergência de uma nova noção de cidadania, na luta pela democratização de nosso país, tem estado intrinsecamente ligada aos movimentos sociais diversos, principalmente aos movimentos sociais urbanos no que se refere ao direito à cidade, bem como dos movimentos que lutam por igualdade e direito à diferença: mulheres, negros, livre orientação sexual, juventude, portadores de deficiência, dentre outros.

Na medida em que as conquistas sociais avançam e o conceito de cidadania se sedimenta, é fundamental compreendermos que as questões de gênero, etnias, faixa etária, diferenças físicas ou sensoriais e de orientação sexual, entre outras, permeiam as relações sociais e tem reflexos concretos na vida de largas parcelas da população, e por consequência estruturam e sustentam o sistema de dominação político-econômico-cultural da sociedade, que tem na violência - nas suas múltiplas formas - um de seus elementos constitutivos. expressão da desigualdade das relações de poder que permeiam uma sociedade dividida. Portanto, agir sobre qualquer uma dessas questões, a partir de uma perspectiva de mudança social, é agir sobre o próprio sistema que as possui.

Cidadania assim, não significa apenas a extensão de direitos conquistados, mas pressupõe a construção coletiva, generalizada e inclusiva, ou seja, construir as condições de liberdade e igualdade para todos. Neste caso, a construção de um "nós" como cidadãos democráticos passa pela conquista de uma identidade política coletiva, articulada pelo princípio de igualdade, cujo pressuposto não elimina as diferenças, mas as estimula e as respeita. Esta visão de cidadania, como elemento essencial da democracia social, deve articular as demandas dos diversos setores excluídos e incorporar uma nova visão na concepção global do programa de governo democrático e popular do PT.

Como apontam as Diretrizes para o programa de Governo da Terceira Gestão da AP, associado ao resgate político dos cidadãos está o 'enfrentamento

ao modelo civilizatório dominante baseado no desperdício da sociedade de consumo que transforma os seres humanos em objetos de mercado e destrói a natureza. Consolidar a cidadania e imprimir novos valores colocando os seres humanos e a natureza no centro do sistema. É criar um novo modo de vida social e comunitária, mais orgânica e solidária sustentado no respeito a diversidade sem opressão, discriminação ou preconceito'. A ação do governo é fundamental para a gestação deste processo em nossa cidade, mesmo considerando-se as limitações do âmbito municipal.

Esta visão do papel social do Estado só será efetiva de fato se ao contrário de omitirmos e negarmos, afirmarmos a existência das desigualdades e das diferenças, reconhecendo que os setores atingidos são a maioria da população.

Nossa experiência demonstra que para levar a termo o modo petista de governar não basta apenas honestidade e capacidade de gerenciamento da coisa pública, mas é necessário avançar e radicalizar a democratização da cidade, como temos feito aqui em Porto Alegre. Aprofundar a democratização certamente pressupõe a incorporação efetiva dos setores discriminados - tanto através de políticas e ações nas mais diferentes áreas como através da participação nos centros de decisões, alterando as relações de poder e preparando a administração para uma nova relação com a cidade e com o cidadão. Pressupõem também o combate as violações e o resgate dos direitos humanos na perspectiva da construção de uma cidade sem exclusões e violência.

A partir dessa concepção e de um balanço dos acúmulos e limites do trabalho realizado por nossas administrações o debate coletivo entre as setonais propôs no programa de governo da 3ª gestão, a criação da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, que só poderá ser resultado de um amplo debate no partido e na cidade. Para encaminharmos este processo e principalmente para assumirmos desde o início do 3º governo o compromisso com estas políticas propomos que seja criada em 1º de janeiro uma Coordenadoria de Cidadania e Direitos Humanos, com status político de Secretaria, para que tenha o respaldo necessário para o desenvolvimento de seu trabalho.

A Coordenadoria de Cidadania e Direitos Humanos tem como objetivo o combate ao preconceito, à violência, às discriminações buscando o respeito aos direitos dos diferentes setores de nossa população e o resgate dos direitos humanos como elementos centrais na construção da cidadania plena, contribuindo assim, para a gestão de uma nova cultura que tenha como base as condições de igualdade, liberdade e respeito à diferença - para todos.

Nesta perspectiva, a Coordenadoria de Cidadania e Direitos Humanos destina-se ao desenvolvimento de políticas públicas e ações de governo voltadas para a garantia dos direitos humanos e ao combate às violações, bem como para políticas públicas e ações relativas aos setores sociais discriminados, particularmente a mulher, a população negra, os portadores de deficiência, os defensores da livre orientação sexual, os jovens, entre outros.

A Coordenadora de Cidadania e Direitos Humanos será composta por uma Coordenação Geral e por Assessorias Especiais destinadas à elaboração e implementação de políticas públicas para os segmentos excluídos visando contemplar a pluralidade de nossa capital, incorporando e superando o que são hoje a Assessoria Especial do Negro e Assessoria de Políticas Públicas para as Mulheres. A CCDH, dando visibilidade para as diferentes opressões específicas trabalhara com o acúmulo que os diferentes setores discriminados

têm formulado em seus movimentos visando a transparência na execução de suas ações e na relação com o movimento social mantendo com os mesmos uma relação viva, de permanente troca com respeito a autonomia dos movimentos e na busca de parcerias e ações conjuntas. Para isto é fundamental o acompanhamento e o trabalho conjunto como o Conselho Municipal de Cidadania, contra as Discriminações e Violências, bem como dos demais Conselhos afins.

Para desenvolver seu trabalho, a CCDH deverá contar com a assessoria técnica, jurídica e administrativa, além de infraestrutura material e financeira.

A CCDH também atuara em conjunto com as Secretarias e demais órgãos do governo municipal, mantendo relação com a elaboração de seus planos e implementação de suas políticas. Para efetivar esta integração, trabalharemos com um fórum de representantes das secretarias e órgãos da A.P.

A CCDH buscará ainda construir políticas, ações e campanhas em parcerias com instituições e setores diversos da sociedade com o objetivo de combater às discriminações e garantir o respeito aos direitos humanos na cidade, de uma forma mais ampla.

A criação da Coordenadora de Cidadania e Direitos Humanos pela Terceira Administração Petista do Município de Porto Alegre, inserida oficialmente na estrutura de governo, propiciara a execução de um trabalho contínuo e conjunto no combate às discriminações. Ao mesmo tempo em que busca aprofundar a intervenção específica de cada setor discriminado, a coordenadora procura superar a "guetização" em que muitas vezes nossas intervenções ficam ilhadas, formulando e intervindo conjuntamente na luta contra a violência e no respeito aos direitos humanos de uma forma ampla, construindo um novo patamar de cidadania para nossa cidade. Esta proposta está intimamente ligada ao modo democrático, participativo e popular de governar do Partido dos Trabalhadores.

GT Antidiscriminações

Partido dos Trabalhadores

10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos

Porto Alegre, 17 de dezembro de 1996

Companheiro Ronaldo Zulke

O Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores entende que o terceiro mandato da Administração Popular deve caracterizar-se pelo avanço nas relações com os movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro que representa a luta dos negros brasileiros historicamente excluídos, em grande parte, do processo de desenvolvimento nacional, considerando que, após terem sido por essência os trabalhadores durante o período colonial e imperial, ao serem "libertados", não receberam qualquer indenização pelo trabalho executado na construção do país.

Atirada a própria sorte, a partir da "abolição", a população negra vem lutando pela sobrevivência, exercendo, em sua maioria, atividades consideradas de menor importância, bem como representa o "soldado" preferencial do exército de reserva. Cabe, ainda, ressaltar que há um número expressivo de negros e negras que nunca tiveram uma carteira de trabalho assinada.

O processo de globalização da economia mundial ao apontar a quebra das fronteiras físicas entre os países, já deixa evidenciar que os trabalhadores dos países da América Latina sofrerão sérias perdas, e o trabalhador negro, em especial, receberá as maiores penalizações. "Experts" no estudo da globalização da economia afirmam que o trabalhador da virada do século será "de colarinho branco", tendo como características: falar, no mínimo, duas línguas e ser de origem européia, portanto, mais uma vez, os negros sobrarão.

O Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre entende que, embora sejam inevitáveis as transformações na economia nacional e mundial, é preciso que, no momento em que se avizinha a virada do milênio, os negros brasileiros recebam o aporte necessário, a fim de que estejam minimamente preparados para enfrentar mais este embate. A adoção de políticas afirmativas, que visam a oportunizar o desenvolvimento indispensável, efetivo e concreto da população negra de nossa cidade, deve ser um compromisso a ser firmado e desenvolvido neste terceiro mandato da Administração Popular.

Neste sentido, o Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores vem discutindo a sua participação no próximo governo, considerando necessárias a formulação e execução de políticas públicas, pelo município, para a população negra.

Por esta razão o Núcleo de Negras e Negro, em consonância com encaminhamento tirado no Fórum criado para discutir a questão racial dentro do Partido dos Trabalhadores, indica o nome dos companheiros abaixo para fazerem parte do Conselho Político das Secretarias e órgãos para os quais foram indicados, após discussão interna no Núcleo.

Entendendo que os nomes discutidos e apoiados pelo Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores representam, pelo seu acúmulo na discussão racial, enquanto Membros do Movimento Negro e pela capacidade técnica forjada pela atuação profissional, uma possibilidade de crescimento na relação entre o Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores, temos certeza de que estas indicações receberão toda a atenção que a questão merece.

Atenciosamente,

Núcleo de Negras e Negros do Partido dos Trabalhadores

NOMES INDICADOS PELO NÚCLEO DE NEGRAS E NEGROS DO PT PARA PARTICIPAREM DAS SECRETARIAS E OU ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nomes	Órgãos indicados	Habilitação e Atividades desempenhadas
01. Maria Conceição Lopes Fontoura	ASSESSORIA DO NEGRO	Mestre em Educação. Professora Estadual. Técnica em Assuntos Educacionais UFRGS.
02. Arnaldo Batista Santos dos Santos	FESC	Historiador. Núcleo de Educadores Negros Petistas e Simpatizantes.
03. Danilo Toio Farias	SME	ETFEPel. Membro do Projeto: A Cada Campo Uma Escolinha.
04. Elza Vieira da Rosa	FESC ou SGM	Pedagoga. Especialista em Lazer e Recreação.
05. Jorge Euzébio Assumpção	SMED	Mestre em História. Professor Universitário e Estadual.
06. Lanna Campos.	SMC	Formação Técnica. Desempenha atividades no Partido desde 1979.
07. Maria Juraci Assis	SMED	Pedagoga. Especialista em Orientação Educacional. Prof. Municipal.
08. Olenka Zazouteguy	DMLU (Área de Divisão de Destino Final)	Formação a nível de 2º Grau. Suplente do Conselho Tutelar da Microrregião 8.
09. Renato de Oliveira Santos	DEMHAB	Técnico em Contabilidade.
10. Roberto Coelho	DMAE ou DMLU	Formação técnica.

11. DILMAIR MONTE DOS SANTOS.

SMAM

ASSESSOR ESPECIAL POL.

PUBL. P/ O NEGRO-GP(Gestão Tarso Genro).

Formação a nível de 2º Grau Babalorixá - Pesquisador das Culturas e Religiões Negras.

do ano de função

SMIC

DOCUMENTO DO COLETIVO DE EDUCADORES NEGROS PETISTAS E DE SIMPATIZANTES

O Brasil, como todos sabemos, embora nem todos reconheçamos, é um país pluriétnico e multicultural que somente agora começa a admitir, publicamente, que é racista, elitista e, por consequência, preconceituoso e discriminador.

Por força dessa situação, a cidadania de que falamos e que pregamos, não é a mesma para todos: varia em graus que vai da cidadania plena para uns poucos à negação da mesma, para uma grande maioria, na qual se inserem os negros, de um modo geral. Considerado, muitas vezes, cidadão de 2ª classe, o negro não tem assegurados direitos, como educação de qualidade, acesso à saúde e saneamento básico, ao pleno emprego, ao lazer etc.

A cultura afro-brasileira, quase sempre, é mostrada através de estereótipos, que só contribuem para a baixa auto-estima de muitos negros brasileiros. Manifestações artístico-culturais são consideradas como expressões menores da cultura. Como exemplo, temos as músicas de origem afro, as danças, as religiões africanas consideradas exóticas, misteriosas. O preconceito anti-negro é manifestado de forma, as vezes, sutil, outras vezes de modo ostensivo.

A educação escolar deve se constituir em instrumento de reversão das condições adversas em que vivem as comunidades afro-brasileiras. Para isso, é preciso mudar o modelo de educação vigente, melhorar a qualidade do ensino fundamental e fortalecer a escola municipal, como instrumento de formação de cidadãos livres, conscientes, críticos e engajados na construção da verdadeira cidadania brasileira.

Não mais pode ser adiada a participação de negros nos centros de decisão e na gestão de questões que dizem respeito à comunidade de descendentes de africanos, em todas as áreas: educação, cultura, lazer, trabalho, saúde, habitação e outros.

Assim, o **Coletivo de Educadores Negros Petistas e de Simpatizantes** propõe que as Prefeituras Municipais, que serão dirigidas pelo PT ou pela Frente Popular, efetivamente se comprometam, no sentido do reconhecimento da necessidade

a) da recuperação da memória histórica, oferecendo apoio para a explicitação do papel desempenhado pelos africanos e seus descendentes.

b) de dar visibilidade oficial à cultura negra, oferecendo condições para que se organizem e desenvolvam programas e atividades de preservação e divulgação dessa mesma cultura, no âmbito do Município.

c) da afirmação da cidadania dos descendentes de africanos, valorizando sua determinante e valiosa contribuição para a construção do povo e da nação brasileira.

d) de combate ao mito da democracia racial, que mascara a existência de relações entre negros e não negros, fundamentada em preconceitos e discriminações, promovendo a integração entre as diferentes comunidades que convivem no âmbito do município e oportunizando situações em que os negros possam exercer sua cidadania.

Para tanto, podem valer-se de estudos e pesquisas, bem como de assessoria de educadores empenhados na luta contra o racismo, mormente, educadores negros.

PROPÕE, por isso, a execução de políticas de educação e cultura, respeitadas as especificidades locais..

A - Políticas de educação

- Fazer constar de planos, programas e projetos, metas que levem em conta as especificidades e necessidades das comunidades negras.
- Promover a definição de prioridades educacionais e a operacionalização das mesmas, valendo-se da assessoria de educadores negros.
- Formar grupos de pesquisadores e estudiosos, de caráter supra-partidário, integrado por negros e não-negros, comprometidos com a questão étnica e cultural, que lutem pela superação das relações étnicas opressoras.
- Definir novos modelos de educação escolar, voltados para a superação das relações étnicas opressoras.
- Criar condições para que, nas escolas, creches e centros comunitários, se desenvolvam práticas educativas que atendam as especificidades das comunidades negras e se caracterizem como luta contra o racismo e o preconceito.
- Incentivar a participação das comunidades negras na vida escolar, levando em conta as propostas dos movimentos negros.
- Estimular a produção de material de apoio pedagógico, voltado para a valorização do afro-brasileiro.
- Abrir espaços nas instituições escolares e centros comunitários, para apresentações da cultura afro-brasileira.
- Capacitar diretores, professores, especialistas de educação, pessoal administrativo e comunidades escolares para a adoção de novas formas de relações sociais não opressoras.
- Propor e executar eventos abertos às comunidades negras, para discussão e eleição do tipo de educação desejada.
- Produzir informações e documentos que venham a subsidiar o desenvolvimento das propostas curriculares, no que diz respeito à questão do negro.
- Propor formas alternativas de integração das comunidades de origens étnica e cultural diversas.
- Desenvolver junto com instituições sócio-culturais e religiosas da localidade, atividades de complementação curricular.
- Aliar à educação escolar outras formas de educação usadas pelas comunidades negras, como forma de manutenção da cultura.
- Valorizar as religiões afro-brasileiras, criando condições e espaços, para que sua mensagem seja divulgada.
- Inserir no calendário escolar dados, fatos e sujeitos significativos da história, da cultura e da religiosidade afro-brasileira.

B - Políticas culturais

- Garantir modos efetivos de as comunidades negras participarem das decisões sobre programas culturais de interesse dessas comunidades.

- Criar junto às escolas municipais, espaços adequados para dinamização de práticas culturais, voltadas para a valorização do negro.
- Criar condições de divulgação das manifestações da diversidade cultural existente no município, com especial atenção para a produção cultural dos afro-brasileiros.
- Estabelecer modos de combater a discriminação, a opressão e a repressão de que são alvos as populações de descendência afro-brasileira.
- Promover a liberdade de expressão, valorizando as diferentes formas de manifestação cultural utilizadas pelas comunidades negras.
- Identificar e valorizar sinais da cultura afro-brasileira existentes no município.
- Promover o desenvolvimento da micro-história, especialmente, no que se refere à questão negra.
- Produzir e divulgar calendário de eventos culturais, com inclusão de dados, fatos e personalidades, significativos para as comunidades negras.

Por fim, propõe, ainda, que as Administrações Petistas ou da Frente Popular mantenham na condução das questões referentes aos afro-brasileiros-na educação como na cultura - um educador/intelectual negro, escolhido não apenas porque é negro, mas porque apresenta um perfil afinado com as políticas a serem adotadas.

Elaboração em: 02.11.96

Carmem Suzana Soares de Lima - Porto Alegre
 Clara Teixeira - Porto Alegre
 Claudio Nei de Matos - Viamão
 Denise Soares da Silva - Viamão
 Edson Portilho - Sapucaia do Sul
 Estelamar Menezes - Porto Alegre
 Germano Rodrigues - Alvorada
 Gilberto S. da Silveira - São Leopoldo
 Luciana Nascimento dos Santos - São Leopoldo
 Lourdes Concílio Machado - São Leopoldo
 Maria Conceição Lopes Fontoura - Porto Alegre
 Maria Elizabete da Silva Calçada - Porto Alegre
 Maria Helena Amador Rocha - Viamão
 Marlene dos Santos Cavalheiro - Porto Alegre
 Peter Nash - São Leopoldo
 Sergio Augusto Coelho da Silva Filho - Porto Alegre
 Simone Nascimento dos Santos - São Leopoldo
 Tania da Silveira - São Leopoldo
 Vera Regina Triumpho - Porto Alegre

Assessoria de:

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - São Carlos/SP
 Vêra Neusa Lopes - Porto Alegre

Aprovação em 06.11.96 pela
Secretaria Estadual de Combate
ao Racismo/PT.

Antonio Santos Maia da Silva
Claudia Cardoso
Dilmar Santos
Elza Vieira da Rosa
Iara da Silva
José Alves Bitencourt
José Amadeu Nascimento
José Carlos F. dos Reis
Luís Alberto da Silva
Luis R. P. Leão
Maria Conceição Lopes Fontoura
Renato de Oliveira Santos
Sandrali de Campos Bueno
Sergio Augusto Coelho da Silva Filho
Talis Fernando R. S. Rosa
Vera Regina Triumpho

Recebido em
24/5/96
SR

O negro e o mercado de Trabalho

conferência

Conferencista: Professor Hédio da Silva Júnior - coordenador do CERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, de São Paulo, e Consultor do Ministério do Trabalho

Debatedor: Professor Mário Maestri - Professor da UFRGS, Historiador e pesquisador.

Como parte das homenagens de 1º de Maio aos trabalhadores, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre promove este evento, dia 13 de maio, na Usina do Gasômetro. Antes da conferência, será exibido um vídeo sobre a caminhada a Brasília nas comemorações dos 300 anos de Zumbi. Participe.

Dia 13 de maio de 1996 - 19 horas
Usina do Gasômetro - Sala 209

Realização: Assessoria Sindical do Gabinete do Prefeito
Apoio: Assessoria do Negro, Coordenação do Concurso Histórias do Trabalho e Fórum de Articulação de Entidades Negras - RS

**Prefeitura
de Porto Alegre**
ADMINISTRAÇÃO POPULAR
MAIS CIDADE, MAIS CIDADANIA.

RUA CONSELHEIRO ...
DIRETORIO NACIONAL DO PT



Remetente:
ASSESSORIA SINDICAL DO GABINETE DO PREFEITO
Praça Montevideu, 10 - Porto Alegre/RS
90010-170

IMPRESSO

01203-000
SÃO PAULO
GABINETE MEIAS, 1002
SP